

18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)
Grupo de Trabalho: GT08 Trabalhadores, Sindicatos e Ações Coletivas

**O INTERNACIONALISMO OPERÁRIO ENTRE O LOCAL E O GLOBAL: AS REDES
SINDICAIS DE TRABALHADORES QUÍMICOS E METALÚRGICOS NO BRASIL**

Ricardo Framil Filho
Universidade de São Paulo

Este trabalho apresenta resultados encontrados durante pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Leonardo Gomes Mello e Silva. A pesquisa obteve financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e contou com o apoio da Fundação Friedrich Ebert (FES). Para subsidiar a análise, foram entrevistados dirigentes de organizações sindicais nacionais e internacionais, além de coordenadores de 15 redes sindicais em atuação no país, sindicalistas locais em contato próximo com o chão de fábrica. Ao todo, foram 41 entrevistados. Estão representadas empresas brasileiras, europeias e norte-americanas. Além disso, recorreu-se a documentos produzidos em torno da atuação das redes sindicais e observou-se eventos e atividades vinculados ao sindicalismo global entre os anos de 2014 e 2016.

O texto comenta brevemente a literatura em torno do "novo internacionalismo operário" e do sindicalismo global e argumenta que a relação entre o "local" e o "global" se tornou ponto fundamental para o debate em torno desses fenômenos. A partir dessas noções, então, são analisadas as características das redes sindicais em atuação nos setores químico e metalúrgico no Brasil. Por fim, explora-se os limites e contradições dessa forma de organização sindical a partir das experiências investigadas e à luz do debate estabelecido anteriormente.

O novo internacionalismo operário

O debate acerca do papel do sindicalismo em meio às transformações da globalização foi marcado pela oposição entre "otimismo" e "pessimismo". Elemento dessa contenda foi a polêmica em torno surgimento de um "novo internacionalismo operário", fenômeno que foi visto por alguns como componente fundamental da renovação dos movimentos sindicais contemporâneos. Em especial, a organização internacional dos sindicatos para "equilibrar o jogo" com as empresas transnacionais foi vista como caminho promissor:

O desafio enfrentado por trabalhadores e sindicatos ao confrontar empresas transnacionais pode ter começado há centenas de anos, mas agora está vindo à tona. Sem dúvida, um movimento operário global unificado é a maior força para a mudança social global e a maior barreira à corrida ao fundo do poço global,

quando os sindicatos superam as fronteiras para realizar esse potencial. Os sindicatos globais são o futuro. (Bronfenbrenner, 2007, p. 225)

Esse tipo de diagnóstico, porém, não convenceu a todos. Burawoy (2010), por exemplo, estabeleceu crítica notória a essa perspectiva ao afirmar que o "sonho internacionalista" não se concretizou na prática e que grande parte do que era tratado como evidência desse processo poderia ser reduzido a "manobras discursivas". Crítica recorrente à literatura "otimista" em relação ao internacionalismo operário argumenta que ela tende a generalizar conclusões extraídas de poucos exemplos bem-sucedidos, ou seja, a tratar como "embrionário" aquilo que na realidade são exceções possibilitadas por condições extraordinárias.

Para além das disputas teóricas mais amplas, portanto, o "argumento internacionalista" esbarra em obstáculo anterior. É verdade que as duas últimas décadas presenciaram uma multiplicação de exemplos de articulação internacional entre trabalhadores, o que justifica o interesse pela questão. Mas a maior parte da atividade sindical continua voltada para questões nacionais ou para o local de trabalho. Para justificar a relevância do internacionalismo, é imprescindível demonstrar de que forma a ação internacional está vinculada ao local, o termo quase que invariavelmente associado à ação sindical relevante. Um sindicalismo global dissociado de lutas locais existe apenas formalmente.

De fato, esse ponto não foi ignorado e pode-se dizer que a relação entre o "local" e o "global" constitui o problema fundamental das mais relevantes pesquisas publicadas sobre o assunto nos últimos anos. Webster, Lambert e Bezuidenhout (2008, p. 208), na obra que se tornou referência fundamental sobre o "novo internacionalismo operário", argumentam que um "obstáculo central" para a renovação dos movimentos sindicais é que os problemas enfrentados pelos sindicatos, ainda que só possam ser explicados globalmente, continuam a ser tratados como locais. O internacionalismo, dizem, é frequentemente visto como um "penduricalho". A solução para isso seria a emergência de uma liderança capaz de "conectar o local ao global", o que daria origem a uma "forma não-hierárquica de internacionalismo" e criaria "um único conjunto, simultaneamente global e local, sem ser totalmente um ou outro", tendências que eles encontram em uma série de experiências. Ao contrário de um velho internacionalismo "diplomático", em que as grandes questões internacionais seriam tratadas por

dirigentes especializados, estaria em desenvolvimento um novo internacionalismo integrado ao cotidiano dos sindicatos.

Outra contribuição importante sobre o assunto é a de McCallum (2013, n.p.). Ele critica o que considera uma prioridade injustificada a um determinado tipo de "movimento global" que deveria surgir em relação à globalização. Segundo ele, essa posição não avaliou com o devido cuidado as características do novo ativismo internacional dos trabalhadores como ele se dá de fato, em especial no que diz respeito à forma como ele se relaciona com as preocupações locais. A chave para compreendê-lo estaria justamente em reposicionar a dicotomia entre o "local" e o "global":

Ao invés de insistir na incompatibilidade dos níveis de ativismo global e local, as conclusões deste livro sugerem um paradoxo - o sindicalismo global efetivo exige reciprocidade com os atores locais. As conclusões também permitem um otimismo cauteloso sobre a perspectiva de um autêntico internacionalismo operário, onde outros afirmam um pessimismo intransigente (ver Burawoy, 2010). A questão colocada aqui, portanto, é simples: como os sindicatos globais podem construir o poder local?

Existem diferenças entre as duas abordagens, mas o que há em comum entre elas é que, uma vez que a ação cotidiana continua predominantemente local, é preciso tratar do internacionalismo em termos mais sofisticados. Apoiados em tendências da análise sobre a atuação global dos movimentos sociais, as pesquisas recentes sobre o internacionalismo operário têm privilegiado a investigação de experiências que articulam a ação global com preocupações locais por meio da "organização em rede", o que é geralmente associado a uma articulação mais dinâmica e a práticas mais democráticas. Em vez de enfatizar a oposição, essas pesquisas buscam uma "relação virtuosa" em que a articulação global deve fortalecer resistências locais. No que diz respeito à atuação de novos atores políticos, surge o que Sassen (2004) chama de uma "política multiescalar" que conecta diversos atores locais e conjuga a articulação internacional com a ação local e em outras escalas. Já Tarrow (2005, p.2), ao discorrer sobre o ativismo internacional em geral, aponta ele é exercido pelo que chama de "cosmopolitas enraizados". Trata-se de ativistas que "mesmo enquanto fazem reivindicações transnacionais, recorrem aos recursos, redes e oportunidades das sociedades em que vivem. Sua característica mais interessante é

como eles conectam o local e o global". Ele especula de forma cautelosa, enfim, sobre a possibilidade de uma fusão entre os espaços de ativismo nacionais e internacionais.

Um sindicalismo global

Embora análises sobre a internacionalização de outros movimentos tenham sido úteis para a pesquisa sobre o sindicalismo internacional, como notou Evans (2010), o movimento operário possui tradições mais antigas e consolidadas do que outros movimentos sociais. Assim, ainda que novas formas de organização tenham sido introduzidas no contexto da globalização, há uma combinação do "novo" e do "velho", do "horizontal" e do "vertical", no que ele chama de "diversidade concatenada". O internacionalismo sindical é impulsionado por organizações que historicamente se especializaram nessa tarefa e que, a despeito de se articularem crescentemente com uma miríade de atores diversos, continuam a exercer papel protagonista nessa seara.

O sindicalismo internacional, desde as suas origens no fim do século XIX, se organiza através de dois grandes tipos de organização. Em primeiro lugar, uma organização "guarda-chuva", responsável pela política geral do movimento sindical internacional. Hoje, essa função é cumprida principalmente pela Confederação Sindical Internacional (CSI). Além disso, existem organizações setoriais, responsáveis por categorias específicas de trabalhadores, que até há pouco tempo eram conhecidas como *Secretariados Profissionais Internacionais* (SPIs). Em 2002, várias dessas organizações decidiram em conjunto adotar a denominação *Global Union Federations* (GUFs), ou Federações Sindicais Globais (FSGs). Mais recentemente, a nomenclatura "*global union*", ou "sindicato global", também é utilizada.¹ Essas organizações passaram desde os anos 90 por um processo de fusões e transformações, o que aumentou a sua importância.

Os estudos recentes sobre o novo internacionalismo operário têm enfatizado o papel dessas organizações setoriais na promoção de novas formas de organização sindical: as experiências apresentadas como exemplos dessa tendência são quase

¹ O nome "Global Union", ou "sindicato global" se refere às organizações que participam do "*Council of Global Unions*", o que inclui as FSGs e a CSI. Mas não é incomum encontrar o termo como sinônimo de Federação Sindical Global.

todas vinculadas às FSGs. Elas foram vistas como a principal ponte entre o velho e o novo internacionalismo:

Um componente-chave do velho internacionalismo operário são os Secretariados Profissionais Internacionais (SPIs) estabelecidos nos anos 1890, que reuniram os sindicatos nacionais de determinado setor. Com o crescimento do poder das empresas multinacionais, os SPIs emergiram na era da globalização como os principais atores do movimento sindical internacional no fortalecimento do poder em contraposição às corporações globais. (Webster, Lambert e Bezuindehout, 2008, p. 196.)

McCallum (2013) é ainda mais explícito ao identificar a centralidade das FSGs para o ativismo sindical internacional contemporâneo. Ele argumenta que parte do ceticismo em relação à existência de experiências relevantes de internacionalismo sindical pode ser explicado pelo fato de que não se analisou com atenção suficiente a atuação dessas organizações:

A busca por casos realmente existentes de transnacionalismo sindical foi prejudicado por múltiplas razões. Para começar, o sindicalismo global não é produto de onde mais se espera, a Confederação Sindical Internacional, organização guarda-chuva do movimento sindical global. Em vez disso, quase todas as instâncias de transnacionalismo operário emergem de FSGs individuais.

A relevância das FSGs pode ser explicada pela posição privilegiada que ocupam para articular trabalhadores de setores e empresas específicas e, assim, colocar em movimento um internacionalismo conectado com preocupações que emanam do local de trabalho. A análise que enfatiza o papel das FSGs para um novo internacionalismo está baseada na ideia de que há relevância política no enfrentamento às empresas transnacionais através da organização dos trabalhadores empregados em sua cadeia de produção, ainda que isso possa ser feito de forma "pragmática". A grande novidade, assim, é que essas organizações permitem um sindicalismo internacional com uma base "real", com relevância prática e não apenas simbólica:

As FSGs estiveram envolvidas em um longo processo de elaboração de métodos e modos de representação estabelecidos de formas únicas e relevantes. Embora a negociação e campanhas no nível internacional não seja novas, o que é novo é a forma como os Acordos Marco, as negociações que levam a eles e as campanhas associadas estão enraizados nas realidades do

dia-a-dia dos membros, e não nas divagações de líderes internacionais remotos. (Fairbrother e Hammer, 2005, p. 422)

A partir dessas considerações, é possível entender o interesse da literatura recente sobre o assunto pela atuação das FSGs. Entre os extremos de um "velho" internacionalismo centralizado hierarquicamente e da imagem de uma nova articulação internacional "em rede", que prescindiria completamente da existência de organizações internacionais, que seriam substituídas pela ligação direta entre diversos "locais", as FSGs surgem como organizações intermediárias, especializadas na articulação internacional, mas que conseguem se aproximar das preocupações do cotidiano dos sindicatos. Para isso, elas teriam desenvolvido uma série de ferramentas, entre as quais se destacam as redes sindicais internacionais, espaços de articulação política e troca de informação entre sindicatos de várias regiões do mundo, e os Acordos Marco Globais (AMGs), documentos negociados entre as FSGs e as empresas transnacionais e que estabelecem condições que as empresas devem seguir em todas as suas operações.

Ford e Gillan (2015, p. 14), a partir de uma revisão da literatura disponível sobre as FSGs, chegam ao cerne da questão. Segundo os autores, "talvez a melhor forma de caracterizar as FSGs seja como organizações que lidam com as restrições e oportunidades de *escala*". Sem a articulação internacional, os sindicatos estão em desvantagem em relação às empresas, que impõem políticas globais. Mas isso não quer dizer que a atuação na escala internacional seja sempre o caminho mais eficiente. Os autores apontam para o "crescente consenso" acerca da necessidade de uma política "multiescalar" para o sucesso da ação sindical, o que justifica o interesse que as FSGs têm despertado.

Criar um movimento sindical global, nesse sentido, passa a ser menos uma questão de sustentar estruturas permanentemente internacionais do que criar as ferramentas que permitam fomentar a solidariedade e a articulação nos âmbitos e da forma mais adequada a cada caso. Ao tratar de como a federação atua em diferentes países, um diretor da IndustriALL argumenta que cada situação exige uma abordagem diferente. O objetivo geral é fortalecer a ação sindical em relação às empresas transnacionais, mas cada lugar enfrenta dificuldades próprias. Em alguns casos, por exemplo, não existem sindicatos organizados e a FSG se engaja diretamente na

organização dos trabalhadores. Em outros, é preciso trabalhar com as diversas estruturas sindicais existentes a partir de seus pontos fortes e de suas debilidades. Nesse sentido, ele argumenta:

Depende de onde você está. Se você está em Bangladesh, você precisa assumir a liderança. Se você está nos Estados Unidos, precisa trazer um esforço substancial de fora para a campanha. Aqui no Brasil, você precisa oferecer um bom suporte da rede e de outros países para tornar a organização bem-sucedida. (Entrevista com diretor da IndustriALL Global Union)

A conclusão é que a esfera própria de atuação do sindicalismo global não surge, como foi imaginado anteriormente, a partir da criação de uma estrutura internacional de representação como mais um grau hierárquico. Ela emerge da articulação de diversas experiências em diferentes escalas, mobilizando a solidariedade internacional quando necessário, mas também outras ferramentas e escopos de atuação disponíveis à organização sindical. A atuação das FSGs dá um conteúdo prático à lógica abstrata da superação da dicotomia entre o global e o local, que assume a forma da articulação "multiescalar". Elas colocam em ação sindicalistas cuja especialidade é conectar e fomentar lutas sindicais diversas, com especial atenção às empresas transnacionais. O entrevistado diz que a federação é a "rede das redes", as formas de ação promovidas pelas FSGs desafiam a lógica das estruturas constituídas justamente por não estarem "localizadas em lugar algum", ou seja, por não estarem presas a uma única escala como um escopo de atuação rígido:

Quando falamos de redes, não se encaixa muito bem com as estruturas sindicais convencionais. Então temos os sindicatos locais, regionais, delegados de base, escritórios locais... Agora estamos falando de uma nova estrutura que não está localizada em lugar algum. Queremos incluir a todos. Pessoas locais, pessoas regionais, pessoas nacionais. Todos devem estar presentes e todos devem contribuir para o sucesso da rede.²

Redes sindicais em empresas transnacionais

As redes sindicais em empresas transnacionais surgiram a partir dos anos 90 e foram resultado de experiências diversas desenvolvidas simultaneamente com o intuito de responder aos desafios da globalização. Os sindicalistas químicos e metalúrgicos foram pioneiros na articulação internacional em relação às empresas transnacionais e

² Ibid.

organizam um número significativo de redes sindicais. Trata-se de um sindicalismo voltado para a fábrica e preocupado, principalmente, com a remuneração e com as condições de trabalho. A FSG que representa os trabalhadores químicos e metalúrgicos é a *IndustriALL Global Union*, organização fundada em 2012 após um processo de fusão entre três federações e cuja ambição é representar globalmente todos os setores industriais.³

Embora a *IndustriALL* (assim como as FSGs que a precederam) exerça um papel importante na promoção das redes sindicais, a introdução dessa forma de organização no Brasil é anterior. No contexto de efervescência de novas iniciativas de cooperação internacional na virada do século, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) estabeleceu acordo com a *Federatie Nederlandse Vakbeweging* (FNV), central sindical holandesa. Essa relação, entre outras experiências, deu origem ao projeto "Ação Frente às Multinacionais", popularmente conhecido como "CUT Multi", que estabeleceu como objetivo "fornecer subsídios às confederações e sindicatos da CUT para o desenvolvimento e/ou consolidação de suas relações internacionais", principalmente ao "estimular a organização dentro das multinacionais", o que permitiria a eles "se colocar na vanguarda da atuação internacional junto com os sindicatos globais na luta contra as ações nefastas da parte das multinacionais". Destaca-se a ênfase em "realizar na prática uma ação sindical internacional que os envolva desde o local de trabalho com a participação direta dos delegados sindicais de base" (CEDOC/CUT, 2003, n.p.). Em pouco mais de um ano, o projeto treinou dezenas de sindicalistas brasileiros vinculados a setores econômicos diversos que passaram a integrar o seu trabalho ao sindicalismo global.

Além disso, o projeto desenvolveu um modelo de redes sindicais que passou a fazer parte do repertório usual dos sindicatos engajados na relação com as empresas transnacionais no país. Embora as redes tenham sido introduzidas como uma política da CUT, outras centrais aos poucos passaram engajar na iniciativa. É difundida entre os sindicalistas brasileiros a opinião de que o formato desenvolvido no país foi determinante para a adoção internacional de redes sindicais "enraizadas", próximas ao local de trabalho, o que constituiria um modelo capaz de ser generalizado em

³ A *Industriall Global Union* foi resultado de uma fusão entre as antigas FSGs dos setores metalúrgico, químico e têxtil e afirma representar 50 milhões de trabalhadores em todo o mundo.

diversas empresas. Essas redes articulam espaços presenciais e virtuais de troca de informação e articulação política que envolvem diretamente os representantes locais.

As redes em atuação no Brasil

Para que uma rede tenha o potencial para ser formada, basta que existam trabalhadores empregados por uma determinada empresa representados por sindicatos diferentes (ou não representados por sindicato algum) dentro de um mesmo país ou ao redor do mundo. Não por acaso, essa é quase sempre a primeira informação obtida pelas pesquisas que subsidiam a formação e a atividade das redes. É preciso conhecer, pelo menos, onde estão os trabalhadores da empresa e quem os representa, algo que pode mudar com o tempo. Uma vez que isso seja feito, a expectativa é que a rede consiga atrair um representante de cada unidade produtiva, o que permitirá articular sindicalistas em atuação em diversas localidades.

Esta é a função mais essencial das redes sindicais em empresas transnacionais: propor a sindicalistas dispersos em diferentes localidades a ideia aparentemente trivial de que é possível e desejável que os sindicatos que atuam em relação a uma mesma empresa trabalhem juntos. O que parece simples no papel é mais difícil na prática, situação evidenciada pelo fato de que esse tipo de experiência só ganhou fôlego após grande esforço de difusão das redes por meio da cooperação internacional, em um contexto de preocupação crescente com a globalização e com as empresas transnacionais. As redes, assim, não fazem parte do “estado normal” do sindicalismo brasileiro:

Na hora que você pensa a rede... Tem dificuldades. No seu país, você é tomado pelo dia-a-dia, pelos problemas que tem em cada planta. [...] Às vezes você entra para dentro da fábrica, os problemas do dia-a-dia, você vai e se envolve de tal forma que você nem lembra que tem outras plantas ou outros países pelo mundo. Você está tão focado ali tentando resolver seus problemas do dia-a-dia... Por isso acho que tem que ter um órgão, uma instituição, que ajude a fomentar, a dar o suporte. (Entrevista com o coordenador de uma rede metalúrgica)

Se os problemas do cotidiano da fábrica ocupam de tal forma a preocupação dos sindicalistas que é preciso que as redes sejam incentivadas a partir “de fora”, essa situação significa também que os sindicatos locais só se engajam nas redes ativamente

caso elas consigam produzir soluções relevantes para esses problemas. Este foi o desafio fundamental dos promotores da política de redes sindicais no Brasil: a partir de um projeto global de enfrentamento ao poder das empresas transnacionais, torná-lo viável na prática através da sua integração ao cotidiano dos sindicatos locais. Surge, nesse momento, o principal obstáculo à política de redes que, ao mesmo tempo, acaba por definir suas possibilidades de ação: a proposta pode ser vista como uma ameaça à autonomia do sindicato local. A relação da rede com o sindicato envolve tensão, uma vez que os dirigentes locais podem enxergar a rede como uma forma de invasão de suas atribuições. Mesmo que eles estejam sob influência política de dirigentes nacionais ou internacionais que promovam as redes, é comum que exista resistência ou dúvidas em relação ao papel das redes. De fato, o monopólio legal da representação dos trabalhadores em sua base é o que garante ao sindicato local o seu poder. Nas palavras de um sindicalista, trata-se de “um instinto que dificilmente se muda”.

A saída escolhida para essa situação é bastante pragmática. A rede é sempre apresentada como uma “ferramenta a serviço do sindicato”, é insistente a afirmação de que ela “não substitui o sindicato”. É fundamental para a viabilização das redes que elas tratem de assuntos que sejam considerados aceitáveis por todos, ou seja, aqueles temas que favorecem um debate sem grandes polarizações entre os envolvidos. A forma de organização em rede facilita esse propósito, já que não há hierarquia e a participação é voluntária. O processo de decisão não se dá pela constituição de maiorias, mas pela formação do consenso. Essa decisão, embora permita que as redes consigam estabelecer uma base maior através dos sindicatos que se deseja convencer a participar da iniciativa, reduz os assuntos e o escopo de atuação possíveis. Tudo aquilo que é polêmico e temas propriamente políticos tendem a ser deixados de lado. Além disso, a participação de outros tipos de atores (como movimentos sociais interessados na atuação das empresas transnacionais, por exemplo) é quase inexistente. A característica fundamental das redes investigadas é que elas são redes sindicais ou, o que é ainda mais preciso, *redes de sindicatos*. Seus integrantes são dirigentes sindicais ou trabalhadores ligados aos sindicatos e, mais do que isso, as suas pautas são essencialmente as pautas dos sindicatos em relação àquela empresa específica.

Alguns sindicalistas consideram esse um limite incômodo na atuação das redes, mas invariavelmente a opção é por fazer grande esforço para superar ou abandonar questões que possam criar conflitos e a tendência é trabalhar com “o que for possível”. Nas palavras de um sindicalista, “nós trabalhamos com o que nos une. O que nos divide, a gente não trabalha, a gente não discute”. Os temas que têm maior afinidade com esse tipo de atuação são justamente aqueles que interessam aos sindicatos locais. Em primeiro lugar, a conquista de benefícios materiais e melhores condições de trabalho para os trabalhadores representados: remuneração, benefícios, saúde e segurança no local de trabalho e outras questões típicas do trabalho sindical local. Além disso, as redes buscam democratizar a relação dos sindicalistas com a empresa sob a bandeira da liberdade sindical. Mais do que uma aliança global para confrontar a ação do capital e das empresas transnacionais em sua totalidade, as redes se tornam ferramentas para criar espaços políticos que permitam pressionar a empresa e obter “conquistas” para os trabalhadores representados, o que não seria possível através de uma ação local:

Às vezes, quando se fala em redes, as pessoas esperam algo muito intelectualizado, muito burocrático. Não é nada disso. Cito o exemplo do meu pai que trabalhou na Ford e depois na Mercedes. Lá nos 70 eles já trocavam o contracheque para saber quanto cada um ganhava. Trocavam informações. A estratégia de rede é justamente isso. Dentro de uma mesma empresa, primeiro dentro do país. Tentar fazer com que os salários e os benefícios sejam os mesmos. (Entrevista com diretor da Confederação Nacional dos Metalúrgicos)

Esse caminho permitiu avanços relevantes para a organização sindical nas empresas transnacionais no Brasil. Essas empresas se aproveitam das diferenças de remuneração e da fragmentação da representação sindical dentro do país e entre diferentes países e utilizam a possibilidade de transferir a produção de uma fábrica para a outra como uma forma de inibir as ambições dos sindicatos durante as negociações. Como explica um sindicalista do setor metalúrgico,

Por que ela tem muitas [fábricas]. Ela pode fazer isso. Em qualquer lugar. [...] Quando a empresa quer forçar alguma negociação em favor dela, ela tira a produção dali e leva para qualquer outro lugar, no Brasil ou no exterior. [...]

Já fizeram aqui como se estivesse sendo feito no Peru, com o mesmo logotipo do Peru. Manda pra lá, e depois é como se tivesse produzido lá. Entendeu? Eles têm tudo isso na mão. Ou até mesmo aqui no Brasil, eles fazem isso. Tem

planta em Minas que o custo é mais barato do que produzir aqui. Aí param de produzir aqui. [...] Há necessidade da solidariedade de lá. Falar assim: "Olha pessoal, vocês estão produzindo pra gente aqui, e tirando postos de trabalhos nossos. Vê o que vocês podem fazer aí". Se eles não souberem... Para os trabalhadores de Minas, quanto mais produção, melhor; mas eles não sabem que estão tirando emprego de outra planta. É difícil o trabalhador entender isso! Que está prejudicando uma planta que é do mesmo patrão dele. É esse sentimento de solidariedade que tem de ser trabalhado. Mas não é fácil.

Um bom exemplo de como as redes atuam nessa situação é relatado pelo coordenador da Rede na Mercedes-Benz. Ainda no começo dos anos 2000, a empresa, cuja produção até então era feita em São Bernardo do Campo, abriu uma nova fábrica no Brasil e passou a produzir um modelo de carro de luxo em Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais. A empresa tinha boas expectativas em relação à nova unidade produtiva, mas o projeto fracassou. A possibilidade do fechamento da fábrica gerou preocupação entre os sindicalistas da rede, o que mobilizou uma ação conjunta entre os brasileiros das duas fábricas, com suporte de sindicalistas alemães, que passaram a pressionar a empresa. Após diversas tentativas frustradas de viabilizar a produção na nova fábrica, foi estabelecido um acordo para que a unidade paulista cedesse parte de sua produção de caminhões para os colegas da outra cidade já que, sem isso, o fechamento da fábrica de Minas Gerais seria inevitável. Compreensivelmente, esse não foi um processo fácil, já que essa decisão implicava a redução da produção na planta de São Bernardo:

Em um debate imenso com os trabalhadores aqui a gente aprovou na porta de fábrica a transferência do *Acceleo*, que era um veículo feito aqui, para Juiz de Fora, para manter a fábrica lá. Um debate pesado, difícil. Falar pro cara assim: "Olha, esse seu serviço aí, a gente tem que ceder pra lá pra eles não perderem o emprego". O cara olhava: "Pô, você vai tirar meu serviço, aí é meu emprego que vai estar em jogo daqui uns dias!" (risos)

[Mas acabou vingando a tese do sindicato de fazer isso?] Vingou. A gente fez o acordo e o caminhão foi pra Juiz de Fora.

Como se vê, por meio da articulação em rede, os sindicatos passaram a exercer influência na política geral da empresa no país e não apenas em questões específicas de cada uma das fábricas, o que não seria possível para sindicatos que se limitassem à atuação local. De forma geral, a atuação das redes pode ser descrita como um esforço para promover a articulação dos sindicatos em escalas superiores ao local para, então,

desenvolver uma luta cujo objetivo é redefinir as escalas em que determinados tipos de decisão são tomados. O tratamento de uma certa questão como "local", "nacional" ou "internacional" pode alterar substancialmente as possibilidades de movimento nas disputas entre os sindicatos e as direções das empresas.

O princípio que os sindicatos buscam na relação com a empresa é baseado em primeiro lugar na defesa de que deve existir um tratamento equitativo em relação aos trabalhadores. Os sindicatos apelam às ideias de justiça e do valor do trabalho para lutar pela equiparação das condições entre os trabalhadores das diversas unidades produtivas. Por meio da rede e da troca de informações, é construído um conhecimento acerca da situação dos trabalhadores e das diferenças em suas remunerações, condições de trabalho e outros aspectos relevantes. A partir disso os sindicatos se esforçam para criar solidariedade entre os trabalhadores de uma mesma empresa e tornar plausível a ideia de que eles formam um coletivo dotado de interesses em comum. Nas palavras de um sindicalista engajado nas redes, a ideia de que a empresa deve oferecer as mesmas condições a todos os seus trabalhadores é traduzida na seguinte pergunta: *"Como pode uma mãe tratar os filhos de forma diferente?"*. Esse apelo moral em relação à empresa, ainda que pareça trivial, pode ser fonte importante de inquietação entre trabalhadores que tomam conhecimento da situação de colegas de outras fábricas que, exercendo o mesmo tipo de trabalho, encontram condições muito melhores ou muito piores do que as suas. O coordenador de uma rede, por exemplo, argumenta:

Algumas fábricas são referências para as outras. Começamos a mostrar as tabelas salariais. Há bastante pontos positivos. Um ponto positivo de organização, de ter uma sala com estrutura e com computador. Por que uma tem e a outra não tem? Por meio da rede conseguimos conquistar. Essas informações e benefícios já eram conhecidos antes da rede existir, mas não tínhamos mecanismos para discutir. Na medida que começamos nos organizar, começamos a nos fortalecer. Assim, começamos a tensionar uma situação.

Essa declaração ilustra bem o processo por meio do qual a troca de informações e a articulação entre os sindicatos leva a uma política que passa a confrontar a empresa em uma escala superior. *"Tensionar uma situação"* significa dar o primeiro passo no sentido de uma relação com a empresa para além do local, ainda que a princípio ela seja informal. Os acordos coletivos continuam a ser assinados localmente,

mas a rede vislumbra o embrião de um espaço de negociação nacional ou internacional já que, pelo menos como forma de pressão, os sindicatos passam a apresentar demandas à empresa em conjunto. A estratégia é jogar a posição da transnacional contra ela própria. Ao contrário de uma empresa comum, a grande empresa transnacional estabelece laços e responsabilidades para além do local. Apesar disso, no que diz respeito aos salários e benefícios, o cálculo da empresa é sempre em relação ao mercado de trabalho da localidade em que a fábrica está instalada. Por meio da rede, os sindicalistas percebem não só que a sua ação *deve* ser diferente em relação a essas empresas, mas que ela *pode* ser diferente. Ou seja, a empresa transnacional, justamente por ocupar uma posição privilegiada, pode ser vulnerável a pressões nacionais e internacionais.

O contato de sindicalistas brasileiros com situações em que prevalece um padrão menos conflituoso de relação entre empresa e sindicato, notadamente o caso alemão, influenciou decisivamente as expectativas que se formaram em torno das redes. Além disso, a relação com sindicalistas estrangeiros permite que os sindicatos locais brasileiros apresentem suas demandas diretamente à direção mundial da empresa, o que constrange a atuação dos chefes locais. Problemas que antes eram vistos com uma questão do país, ou mesmo da fábrica, e cuja resolução era deixada exclusivamente sob responsabilidade de chefes locais, passam a ser tratados como um problema global da empresa, o que limita a arbitrariedade da administração local na relação com os representantes dos trabalhadores:

Melhorou muito a relação. Tem muito o que melhorar, mas melhorou muito. Há muito medo da própria direção que você leve um caso grave para a Alemanha. A última vez nós levamos um caso de agressão verbal de um gerente, perante uma reunião com vários trabalhadores. Com todas as conquistas que temos, o cara chegou e agrediu um trabalhador verbalmente. Levamos para a Alemanha isso. Deixou o pessoal de boca aberta. O cara hoje está pagando um preço muito alto, o gerente. Ele está isolado na fábrica. (Entrevista com representante de uma rede sindical metalúrgica)

As consequências desse tipo de articulação internacional, que por meio da solidariedade dos trabalhadores do país sede da empresa permite estabelecer uma relação com a direção mundial da transnacional, vão além da possibilidade de denúncia de abusos ou violações. As redes mais bem sucedidas têm sido capazes de

impor às empresas a realização de rodadas de negociação para além do local, até mesmo internacionais, regidas pelo paradigma do "diálogo social". Nesses casos, a utilização da palavra "diálogo" deixa claro que não se trata da negociação coletiva usual. Mas a realização de uma negociação além do local implica o reconhecimento pela empresa de que a rede representa, pelo menos em certas questões, o interesse coletivo de todos os seus trabalhadores em um determinado conjunto de fábricas.

O diálogo social, é claro, não elimina completamente os conflitos entre a empresa e os representantes dos trabalhadores. Na prática, há sempre um jogo. A empresa utiliza a rede e o diálogo social para tentar evitar conflitos que considera desnecessários, mas limita o alcance desse tipo de relação. Já os sindicalistas tentam pressionar a empresa a concessões cada vez maiores, sem abrir mão dos instrumentos de luta baseados na organização e mobilização dos trabalhadores, especialmente a greve. Em um contexto de grande hostilidade aos sindicatos, o caminho do "diálogo" pode se tornar favorável aos trabalhadores pois fortalece o papel dos sindicatos como representantes legítimos para negociar com as empresas, inclusive nas escalas nacional e internacional. Mas os sindicalistas não são ingênuos em relação às possibilidades desse tipo de relação com a empresa. A utilização do paradigma do diálogo social é mais pragmática do que ideológica.

Os limites das redes sindicais

Embora os sindicalistas engajados nas redes reconheçam os limites dessa forma de organização no que diz respeito à relação com as empresas, há dificuldades mais sutis que impõem desafios que, nos marcos atuais, parecem de difícil superação. O mais importante deles é que se é verdade que as redes superam parcialmente a estrutura sindical existente ao conectar grupos de trabalhadores geograficamente separados, elas deixam intactas outras divisões na representação da força de trabalho. Como foi argumentado, as redes investigadas são *redes de sindicatos* cuja responsabilidade é, acima de tudo, em relação aos trabalhadores que representam diretamente. Ou seja, as redes são criadas como uma solução para problemas da estrutura sindical, mas elas não quebram com essa estrutura por completo. Elas articulam os diversos sindicatos nacionalmente e internacionalmente, mas não ampliam

a sua base de representação. As redes absorvem da estrutura sindical a característica de que cada sindicato representa apenas uma categoria de trabalhadores. A lógica do diálogo social confina a negociação aos trabalhadores empregados diretamente pela empresa. Nas palavras de um dirigente da IndustriALL:

O grande desafio é a criação de uma cultura ou entendimento político de que é importante a questão global. Isso não só no Brasil, mas no mundo todo. Em geral, o sindicalista está muito focado nas questões locais. A outra dificuldade, derivada disso, é a abertura para atuar em esquemas paralegais. Os sindicalistas brasileiros estão muito presos à estrutura legal, mas existem alternativas.

Ou seja, o fato de que a rede é construída a partir do ponto de vista dos sindicatos locais condiciona a sua organização e, assim, faz com que ela esteja limitada pela estrutura sindical convencional. A conclusão da pesquisa é que os “formuladores” da política sindical “global”, a partir de cima, têm pouco controle sobre o funcionamento prático das redes. Em outras palavras, eles trabalham com os sindicatos tal como existem, não podem transformá-los de forma imediata. Para que obtivesse êxito, foi preciso que o projeto de organização em rede nas empresas transnacionais fizesse concessões aos sindicatos locais. A estrutura local deixa a sua marca e impõe os limites do que é possível na prática cotidiana. Uma forma de atuação propriamente *paralegal*, ou seja, que quebrasse de forma mais ampla com os limites da estrutura sindical constituída, poderia potencialmente superar outras divisões, mas não é isso o que acontece. A consequência direta da incapacidade de levar a cabo uma articulação desse tipo é que as redes são formadas apenas por uma parcela dos trabalhadores engajados na cadeia de produção da empresa.

O caso mais evidente de um grupo de trabalhadores que está excluído das redes é formado pelos trabalhadores terceirizados e por aqueles empregados por empresas fornecedoras e subcontratadas pela empresa transnacional. Como se sabe, a cadeia de produção mobilizada pelas empresas transnacionais não é composta apenas pelos trabalhadores que ela emprega diretamente. Pelo contrário, a ideia de “empresa em rede” é inspirada justamente pelo fato de que a sua organização é flexível e não está presa ao conjunto de unidades produtivas sob sua propriedade direta. Nesse sentido, o lema de *“um sindicato em rede para uma empresa em rede”* pode parecer uma fórmula vazia quando essa organização não atinge toda a cadeia de

produção. Isso é especialmente relevante pois os trabalhadores empregados diretamente pela empresa, em geral, possuem melhores condições que os seus colegas terceirizados ou de empresas nacionais que mantém negócios com a transnacional. Os trabalhadores que mais sofrem com a organização em rede da empresa, assim, não fazem parte das redes investigadas.

Os sindicalistas não estão alheios a essa dificuldade, mas existe o risco de que as redes se tornem não uma forma de enfrentar a empresa transnacional de forma ampla, mas representantes de um grupo específico de trabalhadores. Esse risco é persistente pois existe afinidade entre as preocupações mais urgentes dos sindicatos locais, a posição específica dos trabalhadores diretos de algumas empresas transnacionais e a utilização pragmática do diálogo social. A lógica dessa situação é a seguinte: os sindicatos engajados nas redes são pressionados a conquistar benefícios materiais para os seus representados que, em geral, são a parcela da mão-de-obra produtiva que a empresa admite remunerar melhor e, conseqüentemente, com os quais admite estabelecer uma relação mais negociada com vistas a evitar grandes conflitos por meio do "diálogo social".

O que a investigação da experiência das redes sindicais de trabalhadores químicos e metalúrgicos em atuação no Brasil sugere é que, se é verdade que é possível a constituição de um sindicalismo global que seja ao mesmo tempo internacionalista e "enraizado", não se deve entender por isso que todas as tensões são superadas nesse processo. Não há "relação virtuosa" imediata entre a política "global" e a "local". As redes investigadas operam entre as aspirações "europeias" de um modelo ideal vislumbrado como possível a partir da posição de um conjunto relativamente limitado de trabalhadores e a realidade "brasileira" do embate diário e muitas vezes duro com as empresas transnacionais. Em alguns casos, a oposição entre essas duas realidades aparece como entrave aparentemente insuperável. Há, também, soluções criativas e exemplos de solidariedade. O que fica evidente, porém, é que quanto mais se afasta do núcleo de trabalhadores diretamente empregados, mais precárias e informais são as formas de relação e pressão que as redes são capazes de estabelecer com as empresas.

Novo internacionalismo?

As redes investigadas são sempre redes de sindicatos que, através de um processo de solidariedade internacional, passam a tentar enfrentar o poder de grandes empresas a partir de uma relação próxima com o local de trabalho e das questões que interessam aos sindicatos. O argumento central apresentado aqui é que essa característica está na raiz das virtudes e das limitações da experiência brasileira de redes sindicais nos ramos químico e metalúrgico. Ainda que surjam como uma forma de ação sindical voltada para a organização internacional dos trabalhadores e, assim, como uma forma de superar as dificuldades dos sindicatos locais, as redes não rompem completamente com a estrutura do sindicalismo brasileiro, marcada pela autonomia do sindicato. Se, por um lado, as redes provam que é possível para o movimento dos trabalhadores alcançar a escala internacional e gerar respostas “enraizadas” e relevantes para os trabalhadores no chão-de-fábrica, o enfrentamento às empresas transnacionais que elas são capazes de gerar está subordinado aos interesses e necessidades de um sindicalismo local, não global.

Embora seja possível detectar inovações importantes nas experiências investigadas, não é possível dizer que elas superam completamente as formas de organização anteriores. Quando se trata dessas redes, a própria ideia da “organização em rede”, elemento importante da ideia de “novo internacionalismo”, pode ser enganosa. A palavra “rede” remete, nos discursos dos sindicalistas, à organização das empresas. Como se argumentou, no entanto, o que se encontra não é uma organização sindical que corresponda exatamente à organização da produção, mas um modelo limitado pela estrutura sindical, pela organização administrativa da empresa e pelas divisões existentes na força de trabalho. A organização em rede está associada, ainda (e nesse caso principalmente na literatura sobre o assunto), à flexibilidade e agilidade que permitiriam um afastamento das formas burocráticas associadas a um sindicalismo “engessado” do passado. No contexto brasileiro, porém, a utilização do termo carrega um sentido oculto. Para os sindicalistas, trata-se de mais uma forma de afirmar a independência dos sindicatos locais:

É importante essa mudança teórica, inclusive, na visão do que é uma federação global ou um comitê global para uma rede. Uma federação ou um comitê é mais rígido, parece uma estrutura que representa poder. Isso pode ser uma ameaça ao poder já existente dos sindicatos, federações, confederações. Quando a

gente apresenta a ideia de uma rede sindical que, na concepção que trabalhamos atualmente, é um espaço de encontro dos sindicatos para pensar estratégias frente a ação das empresas, ela é uma estrutura mais horizontal. Ela não representa uma entidade nova, que vá diminuir o poder do sindicato. (Entrevista com assessor da CUT)

Segundo esse ponto de vista, é possível dizer que a rede é uma forma de organização “democrática” no sentido de que se afasta de um modelo hierárquico e adota uma organização “horizontal”. A “democracia” estabelecida, porém, diz respeito ao poder estabelecido dos sindicatos, não aos trabalhadores de forma geral. Pelo contrário, como se viu, o fato de que as redes se constituem dessa forma acaba por limitar a base de representação possível. O “discurso oficial” dos sindicalistas gira em torno da opinião de que é possível uma perfeita complementaridade entre a atuação das redes como forma de confrontar as empresas transnacionais e as aspirações dos sindicatos locais. Mas é possível que a virtude das redes sindicais seja também a sua fraqueza. É perceptível a preocupação de parte dos formuladores globais da política de redes sindicais com o que consideram uma visão restrita, demasiadamente limitada a problemas menores, presas ao “mundinho do sindicato local” que identificam nos representantes mais próximos ao chão de fábrica.

Assim, há certa ambiguidade no sucesso das redes no Brasil. Por um lado, elas são atraentes aos representantes locais pois permitem resolver (parcialmente) a questão da fragmentação da representação sindical e conquistar ganhos materiais para os trabalhadores representados. Por outro, essa estrutura acaba “recapturando” as redes no sentido de que elas acabam levando para uma escala superior (a nacional ou internacional) as preocupações locais e as limitações dessa estrutura. Os casos investigados mostram que existe disposição para a articulação internacional entre os sindicatos brasileiros, mas a ideia de que o contexto atual oferece não apenas a “vontade”, mas também as “oportunidades estruturais” para um novo internacionalismo precisa ser vista com cautela. As oportunidades abertas no contexto da globalização tornam a articulação internacional um elemento viável do cotidiano sindical, mas há barreiras que determinam as possibilidades de um sindicalismo que tende a avançar pelos caminhos de menor resistência. O tipo de internacionalismo produzido nessas condições se afasta, pelo menos em parte, de um movimento mais amplo.

As redes, dessa maneira, podem trair as expectativas daqueles que nutrem esperanças de que elas, por si próprias, signifiquem uma alteração substantiva nas formas de ação sindical. Há situações em que os sindicalistas locais tratam de questões “maiores”, mas é sempre uma situação provisória. Essa situação depende da “conscientização” do dirigente local, da atuação extraordinária de alguns sindicalistas “de visão” e engajados. A estrutura sempre joga contra. No limite, a solução definitiva para o problema exigiria que os sindicatos desafiassem o “velho” e os obstáculos impostos pela organização sindical tal como está constituída de forma mais ambiciosa. O sindicalismo global pode ser parte de um projeto desse tipo, mas parece improvável que ele seja mais do que um passo nessa direção.

Referências

BURAWOY, Michael. From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global Labor Studies, *Global Labour Journal*, 1:2, p. 301-313, 2010.

BRONFENBRENNER, Kate. *Global unions: challenging transnational capital through cross-border campaigns*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2007.

CEDOC/CUT. *Relatórios dos Seminários do projeto “Ação frente às multinacionais”, 2002-2003*.

EVANS, Peter. Is it Labor’s Turn to Globalize? Twenty-first Century Opportunities and Strategic Responses”. *Global Labour Journal*. 1:3, p. 352-379, 2010

FAIRBROTHER, Peter; HAMMER, Nikolaus. Global Unions: Past Efforts and Future Prospects. *Industrial Relations*, 60:3, p. 405-431, 2005.

FORD, Michelle; GILLAN, Michael. The Global Union Federations in International Industrial Relations: A Critical Review. *Journal of Industrial Relations*, 57:3, p. 456-475, 2015.

HYMAN, Richard. The international labour movement on the threshold of two centuries: agitation, organisation, bureaucracy, diplomacy. In: *The International Labour Movement on the Thresholds of Two Centuries, 24-25 October 2002*, Arbetarrörelsens Arkiv och Bibliotek, Stockholm, 2002.

MCCALLUM, Jamie. *Global Unions, Local Power: The New Spirit of Transnational Labor Organizing*. [Kindle Edition] Ithaca, NY: Cornell University Press/ILR Press, 2013.

SASSEN, Saskia. Local actors in global politics. *Current Sociology*, 52:4, 2004.

TARROW, Sidney. *The New Transnational Activism*. New York: Cambridge University Press, 2005.

WEBSTER, Edward; LAMBERT, Robert; BEZUIDENHOUT, Andries. *Grounding Globalization: Labour in the Age of Insecurity*. Oxford: Blackwell, 2008.